

SÔBRE O ENSINO DE ECONOMIA NO BRASIL *

JOHN M. HUNTER **

Os debates sôbre o ensino de economia no Brasil¹ têm sido de grande interêsse para mim, um economista estrangeiro em visita a êste país. Tive a oportunidade de visitar, como parte integrante das tarefas a serem desenvolvidas no Brasil, várias Faculdades de Ciências Econômicas. Estas experiências, juntamente com outras nos E.U.A. e noutros lugares, levaram-me a comentar o panorama brasileiro. Êstes comentários não decorrem de algum conhecimento especial ou de quaisquer soluções novas, mas simplesmente porque o mesmo conjunto de problemas, quando visto por prismas diferentes, algumas vêzes revela perspectivas interessantes que ocasionalmente são valiosas.

I

Os economistas brasileiros já estão perfeitamente cômscios do que considero o primeiro e principal problema: não existe nenhuma definição ou compreensão clara do que é a economia, do que os economistas fazem, ou de como a economia se distingue das áreas afins.² O fato de nos referirmos às Faculdades de Ciências Econômicas sempre no plural sugere pelo menos um reconhecimento de uma dualidade ou multiplicidade de “ciências”. Esta multiplicidade (e a confusão que a envolve) está no âmago do problema do ensino de “economia”.³ A conclusão mais óbvia a tirar-se desta multiplicidade de ciências é que nenhum conjunto único

* Trad. de Jacques R. Velloso.

** Da Michigan State University, U.S.A.

¹ Particularmente na *Revista Brasileira de Economia*, Ano XX, n.º 4, Dezembro de 1966 (à qual doravante nos referiremos como *Revista*), que relata os resultados de um seminário sôbre êste assunto, realizado em Itaipava, em março de 1966; também na *Análise do Ensino de Economia no Brasil* — ERGO, Rio de Janeiro, EPEA, 1966 (à qual doravante nos referiremos como *Análise*).

² Ver, por exemplo, SIMONSEN, Mário Henrique. O Ensino de Economia em Nível de Pós-Graduação no Brasil, — *Revista*, p. 19-29.

³ No sentido estrito da palavra, a ser definido abaixo.

de cursos, como o que parece demandar a tradição brasileira, poderá satisfazer plenamente às necessidades de formação de todos os componentes.

Esta mesclagem de “ciências econômicas” parece estar estreitamente relacionada com as tradições universitárias francesa e espanhola (e italiana). Talvez as perspectivas e os “backgrounds” de Hume, Locke e Adam Smith tenham dado à economia “inglês” seu impulso inicial de “separação”, pois desde então não foi confundida com direito, administração de empresas e/ou contabilidade. Na França, ao contrário, a disciplina desenvolveu-se como um ramo das escolas de direito e, juntamente com a contabilidade, como uma sub-especialidade do direito, o que lhe deu historicamente um papel substancialmente diferente no meio universitário e social.⁴

O presente reexame dos currículos provém da compreensão de que um programa de estudos destinado a preencher certos requisitos, e que talvez tenham sido definidos estreitamente, não pode absolutamente preencher outros requisitos. E tudo isto tem sido confundido com uma área de estudo que está surgindo, a chamada “administração de empresas”, e que não é absolutamente uma “ciência”, mas sim, uma combinação de disciplinas técnicas com ciências do comportamento, convergindo para a administração de homens, materiais e finanças, e dirigida para fins específicos.

Qualquer avaliação séria do ensino de economia deve, portanto, começar com algum tipo de definição que permita limitar o assunto e descrever seus objetivos. Como todos os economistas sabem, é difícil definir-se esta ciência. Se seguirmos o caminho de Jacob Viner, que disse que “a economia são todas aquelas coisas que os economistas estudam”, seremos exatos mas não chegaremos a lugar algum. Procurando uma definição próxima da melhor (*second best*) diremos que a economia é a ciência *social* que trata da produção e consumo coletivo de bens e serviços, juntamente com os vários dispositivos legais e financeiros que influenciam aquela produção e consumo. Isto não é substancialmente diferente da velha definição dos livros-texto que dizem que “a economia é o estudo do processo pelo qual o homem ganha sua vida”, exceto num importante aspecto, que é crucial na discussão deste assunto: a economia é uma ciência *social*. Percebe-se a importância desta distinção quando compara-

* Na Argentina, por exemplo, a Facultad de Ciencias Económicas teve sua origem na competência privativa, regulada por lei, dos contadores públicos, tal como a de exarar pareceres sobre finanças e de trabalhar como oficiais de justiça em certos processos legais. É em virtude desta última atividade que todos os graduados das faculdades, até bem pouco tempo, tinham que cursar pelo menos um ano de uma disciplina sobre “falências”.

mos os objetivos últimos desta ciência. O contador e o administrador de empresas convergem seus interesses para o balanço ou para a demonstração de lucros e perdas da firma à qual estão ligados. O economista, por outro lado, preocupa-se com o balanço ou com a demonstração de lucros e perdas da sociedade. Seu instrumental analítico é todo destinado a compreender e a modificar a situação da sociedade, visualizada, pode-se dizer, através dos cálculos da renda nacional. Quando isto é perfeitamente compreendido, torna-se patentemente absurdo para um estudante o desejo de especializar-se em microeconomia (que procura explicar a distribuição de recursos e o tamanho e a composição da produção total através do impacto de vários fatores sobre a firma individual), porque ele quer ingressar no mundo dos negócios. Ainda assim, a muitos se diz para fazerem exatamente isto.⁵

Não posso insistir em demasia sobre este ponto: a economia e todos os cursos relacionados à administração de empresas são simplesmente duas áreas de ensino enormemente diferentes. A conclusão que se segue quanto à política a ser adotada é de importância primordial para o ensino de economia. Ensinar disciplinas, que são próprias para um administrador embrionário de empresas, não produzirá economistas adequadamente formados. O inverso talvez seja igualmente verdade. As disciplinas têm de diferir na sua filosofia básica e no seu conteúdo. As de administração de empresas são e devem ser destinadas a acentuar as capacidades de obtenção de lucros dos organismos sub-societários, sejam eles fazendas individuais, empresas dirigidas pelo proprietário ou corporações gigantes.⁶ O conteúdo técnico destas disciplinas trata da manipulação direta de variáveis limitadas, dirigidas para a finalidade ou finalidades específicas do organismo. O economista, por outro lado, preocupa-se com o bem-estar da sociedade como um todo. Preocupa-se com um mecanismo muito mais complicado, e os limitados recursos disponíveis para a manipulação das variáveis mais numerosas, por sua vez, envolvem estudos e pesquisas com métodos indiretos.

Isto não deve ser interpretado no sentido de que a economia é “melhor” do que a administração de empresas ou que ela é mais “valiosa”, ou que deve ter alguma prioridade. Não acredito em nenhuma destas afirmativas. A economia é simplesmente diferente e não pode ser tratada

⁵ Por exemplo, vide *Análise*, p. 3.

⁶ Sempre supondo-se que a economia tivesse um setor privativo substancial. No caso do socialismo, a tarefa do administrador não mudaria muito, mas como se sabe, é difícil encontrar-se uma boa medida de sua eficiência como administrador.

como se fôsse uma parte da administração de emprêsas ou — pela mesma razão — *vice-versa*.⁷

Isto também não deve ser interpretado como um indicador de falta de relacionamento entre as disciplinas orientadas para a administração e para a economia, pois êstes campos partilham do mesmo instrumental básico: lógica, matemática, contabilidade e estatística. A administração atua no contexto econômico e social, e o bom administrador de emprêsas deveria compreender o meio no qual êle atua. Muito do seu sucesso dependerá de sua capacidade de interpretar e prever o comportamento do meio no qual êle age. Muito do interêsse do economista também dirige-se para as emprêsas, sua produtividade, sua eficiência, seu progresso e obstáculos. E, assim, o economista precisará saber acêrca das emprêsas, mas suas necessidades relativas a êste conhecimento comum são completamente diferentes e são as características distintivas destas duas amplas áreas de atividade.

Talvez esta definição de economia pareça mais simples do que ela é e que alguns comentários devam restabelecer sua complexidade. A referida definição não diferencia total e singularmente a economia, como demonstram os exemplos que se seguem: 1) Na área do "marketing", os problemas referentes à melhor maneira de expor os cereais usados no café da manhã pertencem ôbviamente à área da administração de emprêsas. Poderia ser dito o mesmo da demanda global por trigo? da demanda global pelos gêneros alimentícios usados no café da manhã? da demanda nacional por uma marca específica dêstes gêneros? 2) Nos casos em que sômente poucas firmas produzem um dado produto, "firma" e "indústria" tornam-se quase sinônimos e a firma se torna o principal produtor, na sociedade, de um dado produto. Assim, embora nossa definição sugira que o economista tenha pouco interêsse no comportamento de uma firma em particular, isto realmente implica numa firma pequena, e aquêle ponto de vista muda de acôrdo com o tamanho da firma. 3) A política de anti-monopólio e anti-truste pertence, em alguns aspectos, ao domínio dos advogados, pois a êstes cabe finalmente o julgamento de casos particulares. Mas a análise de situações levando ao monopólio e os efeitos de um caso específico dependem do economista.

Portanto, a definição não é tão clara quanto parecia ser e será resumida simplesmente no seguinte: o economista está interessado em fenô-

⁷ Pode ser de interêsse para o leitor brasileiro saber que os Departamentos de Economia das universidades dos E.U.A. não são, freqüentemente, formalmente relacionados às Escolas de Administração. São, algumas vêzes, encontrados nas Faculdades de Letras e Artes, outras vêzes nas Escolas de Ciências Sociais.

menos de um ponto de vista geral, global e societário, enquanto que o administrador de empresas está orientado para um campo muito mais restrito.

II

A primeira parte do trabalho procurou definir significativamente a economia e diferenciá-la de todo o conjunto de áreas afins, englobadas no título "administração de empresas". É conveniente, nesta parte do trabalho, declarar meus preconceitos acerca da administração de empresas e tratar particularmente dos objetivos que creio devam ser os objetivos das Faculdades de Ciências Econômicas.

Estou convencido de que as Faculdades de Ciências Econômicas fundamentalmente têm de preparar jovens na arte e na ciência da administração de empresas, excluindo o ensino em outras áreas. Existem várias razões que forçosamente levam a isto: 1) Uma boa administração de empresas (incluindo a administração de fazendas) é talvez o fator mais importante para o desenvolvimento. Os administradores são os que dirigem e utilizam os recursos nacionais de modo proveitoso ou ruinoso. São as pessoas que aceitam as mudanças da técnica, que as adotam ou as rejeitam. São as pessoas que na luta competitiva pelo cruzamento do consumidor presumivelmente estão reduzindo os custos (*i.e.* poupando recursos), aumentando o emprego, expandindo o mercado, etc. Não deixemos estas pessoas: elas agem especificamente com a finalidade de beneficiar a sociedade, e frequentemente, agem de modo contrário ao interesse social. Mas, ainda assim, a verdade é que em economias possuindo um substancial setor privado, o controle imediato de grande parte dos recursos da nação está nas mãos dos seus administradores de empresas para poupá-los ou desperdiçá-los. E um educador pensaria que eles terão um melhor desempenho se tiverem um preparo prévio do que se não o tiverem. 2) A partir de minhas experiências em várias instituições dos E.U.A., de uma cuidadosa observação da América Latina e do que tenho lido no Brasil, não resta a menor dúvida de que a maioria dos estudantes,

* Vide, por exemplo, *Análise*, p. 151-153.

* Os legisladores obviamente tiveram dificuldades ao estruturarem a lei (Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952, Art. 3): "A atividade profissional privativa do economista exercita-se... por estudos, pesquisas, arbitragem, laudos, esquemas ou certificados sobre os assuntos compreendidos no seu campo profissional... ou por quaisquer outros meios que objetivam, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico".

ao ingressarem nestes cursos, desejam e esperam seguir a carreira de administradores. Algumas pesquisas confirmam que isto é, de fato, aquilo que fazem após a graduação.⁸ Dêste modo, se a grande maioria está inclinada a ingressar no mundo dos negócios — e de fato o fará — segue-se que devem receber boa formação nesta área, ao invés de se prepararem para uma profissão desvinculada da realidade e artificial.⁹ 3) Por outro lado, é também verdade que o mercado para os graduados em administração de empresas é e será sempre maior do que para os economistas, no sentido estrito da palavra. A quantidade de firmas particulares ou autarquias a serem administradas ou gerenciadas é enorme. Cada uma delas tem de ser dirigida, e currículos bem elaborados para administradores de empresas devem tentar satisfazer a demanda por êstes profissionais.

Não há lugar para discorrer longamente sobre a natureza da administração de empresas, mas um breve comentário talvez explique bem melhor qual é meu pensamento sobre o assunto. Ocorreu uma verdadeira revolução no ensino de administração nas duas últimas décadas. Não é mais um conjunto de disciplinas sobre “vendas a Varejo I, II, III”, a serem cursadas umas após as outras, diferenciadas unicamente em função do tamanho da loja em perspectiva. Em vez dessa simples seriação, o aluno trabalha com o instrumental necessário (matemática, estatística, contabilidade) e desenvolve seus conhecimentos sobre a comunidade na qual êle trabalhará (economia, história, ciência política). Tudo isto é então inter-relacionado através das ciências do comportamento em função dos problemas específicos de *gerência de pessoal*, *gerência de produção*, *gerência de finanças* e *marketing*. Não há motivo que impeça a elaboração de programas verdadeiramente universitários dentro desta linha.¹⁰

Estou ciente das bases legais da profissão de economista¹¹ e talvez de algumas das complicações a ela vinculadas. É óbvio que, a longo prazo, até as leis e constituições não são imutáveis. A curto prazo, as faculdades devem decidir sobre o tipo de ensino que pretendem ministrar. Devem também decidir se realizarão uma mudança radical no programa de estudos e se vão levar a efeito uma intensiva orientação aos alunos e aos empregadores em potencial sobre o conteúdo do currículo. O currículo mínimo exigido pelo Conselho Federal de Educação não é, de modo

¹⁰ Na verdade, o Brasil tem instituição pioneira na América Latina neste campo, qual seja a Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

¹¹ Vide *Regulamentação da Profissão de Economista*, Rio de Janeiro: Conselho Regional de Economistas Profissionais, Publicação n.º 8, 1964, para documentação referente à matéria; e Simonsen, op. cit., p. 29, para algumas implicações relativas ao assunto.

algum, ótimo para o ensino de administração ou para o ensino de economia, embora não seja inútil para ambos.

Resumindo, minha opinião é que as faculdades devem se concentrar nesta função principal: formar estudantes para ingressar na administração. O diagrama abaixo sugere, muito superficialmente, como estas áreas poderiam situar-se face à nação como um todo.

*Esquema para o funcionamento das Faculdades de
Ciências Econômicas do Brasil*

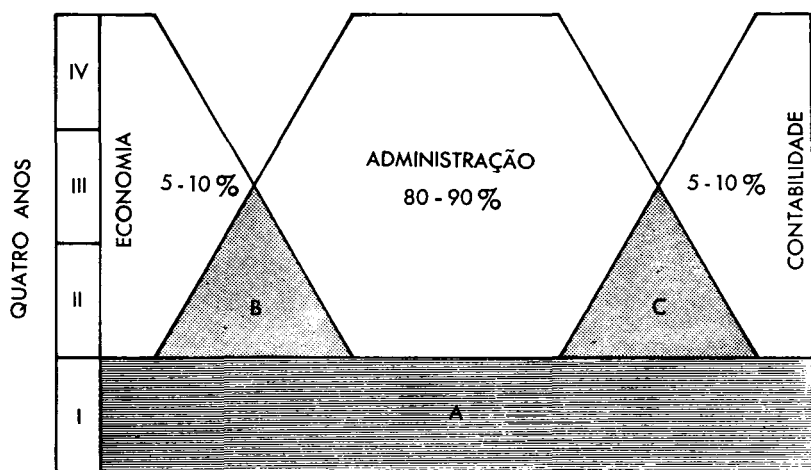


Figura 1

A distância vertical representa o período de quatro anos e a distância horizontal a distribuição dos estudantes pelas três especialidades: economia, administração e contabilidade. No primeiro ano (área A), as matérias poderiam ser comuns a todas as três especialidades: estatística, matemática, economia elementar, história econômica, português, etc. Nos anos seguintes, os alunos de administração poderiam cursar disciplinas junto com a economia (área B), tais como "organização industrial" e *marketing*, outras com a contabilidade (área C), tais como "auditoria elementar" e "contabilidade de custos". Este diagrama pretende ser somente uma sugestão e certamente não representa qualquer firme convicção de que os cursos comuns devem ser distribuídos segundo os anos ou as proporções deste diagrama.

Os contadores a serem preparados pelo sistema são analistas contadores de alto nível, pessoas tão capazes na sua especialidade que dêles esperar-se-ia que analisassem as empresas (e as organizações governamentais) e idealizassem sistemas de contabilidade para elas. Existe grande necessidade de um pequeno grupo de contadores qualificados e altamente treinados para servir tanto às firmas como à sociedade; e embora a quantidade não precise ser grande, eles têm de ser algo diferente dos "sofisticados guarda-livros", que provavelmente hoje são formados.

Se eu estiver certo com respeito às adequadas proporções dos futuros graduados e se, dentro de limites razoáveis, a educação é uma indústria de custos médios decrescentes, a conclusão é que as Faculdades de Ciências Econômicas (cêrca de 70) não devem tôdas tentar preparar economistas (contadores). A maioria deve procurar dar o melhor de si, ensinando administração de empresas e deixando para alguns poucos centros o trabalho de elaborar currículos em economia e contabilidade.¹²

III

Numa nítida mudança de tópicos, esta parte apresentará meu ponto de vista sobre a economia como um dispositivo para estudar e compreender alguns aspectos do meio ambiente. Voltando à definição anterior, em primeiro lugar a economia é uma ciência *social*. Como tal, procura explicar e prever alguns aspectos do comportamento do homem. Dêste modo relaciona-se necessariamente e justapõe-se a outras ciências sociais que procuram explicar e prever outros aspectos da conduta do homem, que são necessariamente relacionados entre si mesmos. Talvez a conclusão disto seja a de que o economista bem preparado deve estar razoavelmente familiarizado com as ciências sociais "irmãs" da economia.

Mas acima de tôdas, a mais importante consequência da economia ser uma ciência social é seu necessário relacionamento com um meio ambiente que poderá ser internacional, nacional ou regional. E esta disciplina só tem sentido em função do meio. O diagrama abaixo esclarece êste ponto.

¹² Esta não é uma sugestão original. Vide *Andlise*, p. 204 e DELFIM NETTO, Antônio. As Oportunidades, os Problemas e a Estratégia para melhorar no Brasil o Treinamento Universitário em Economia, in *Revista*. Várias estimativas colocam a necessidade de economistas entre 125 a 500 por ano (Vide *Andlise*, p. 10). Isto sugere que um máximo de 5 escolas deve formar economistas.

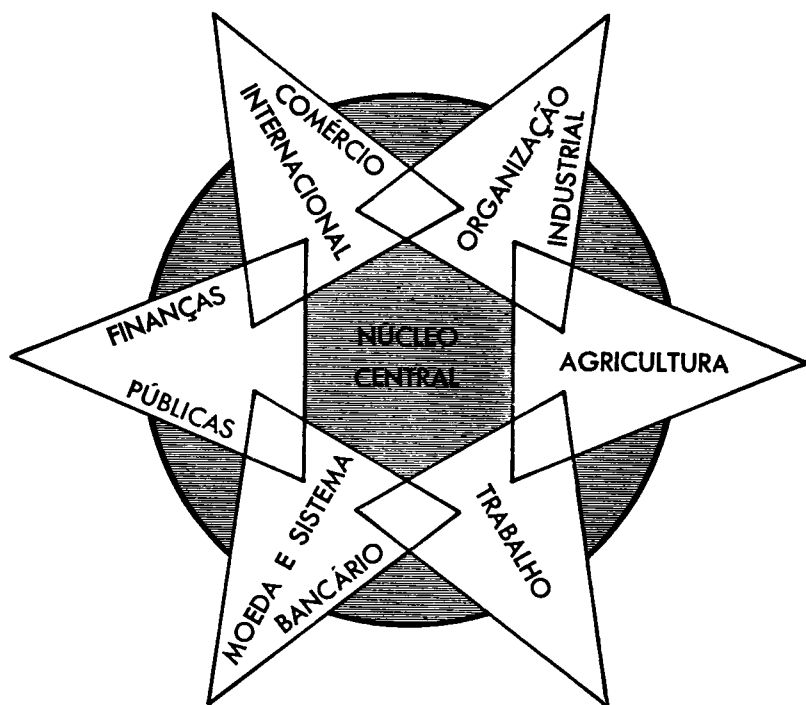


Figura 2

A parte circular e sombreada representa o núcleo central da economia: a teoria, micro e macro, clara e límpida em suas hipóteses, pouco tumultuada pelas instituições à sua volta e geral na sua aplicação. O núcleo engloba os principais instrumentos do economista — estatística, econometria, matemática e história. Mas isto não é tudo que existe em economia. As saliências representam as áreas de disciplinas específicas da economia, uma parte situada fora do núcleo central e uma parcela substancial situada dentro deste núcleo. Consideremos, por exemplo, o caso da economia do trabalho.

Pode-se fazer uma série de afirmativas sobre a determinação dos salários e do emprego, utilizando-se o instrumental e as hipóteses da análise econômica moderna. Pelo menos ela fornece um quadro de referências adequado para as perguntas a serem feitas e para a natureza das respostas a serem procuradas. Entretanto, ainda há muito que não pode ser inteiramente manipulado pelo instrumental e teoria *gerais*: o trabalho tem um componente de bem-estar que o trigo não tem; o trabalho não

vendido hoje está perdido para sempre, mas o trigo pode ser guardado até amanhã; o trabalho é um ser político, o trigo não o é; as disputas trabalhistas são baseadas na lei, tradição histórica, poder, e todos variam de nação a nação, de uma época para outra. Estas características são as que determinam a representação (v. gráfico) daquela parcela fora do núcleo central. Estas áreas de interesse específico desenvolveram-se porque havia algo acerca do produto ou da atividade destas áreas que demandava especial atenção — geralmente em virtude do modo pelo qual os fatores institucionais as influenciavam.

É útil comparar a economia como é ensinado no Brasil com a dos E.U.A. O núcleo central pode ser, de modo geral, semelhante, enquanto que as instituições, as tradições, as leis e o meio social são imensamente diferentes, e o que é relevante e aplicável aos E.U.A. pode ser irrelevante e errôneo para o Brasil. “economia do trabalho”, “finanças públicas”, “moeda e sistema bancário” são ou devem ser consideravelmente diferentes no seu conteúdo enquanto disciplinas ensinadas nestes dois países. Isto tem algumas implicações importantes:

- a) Embora o “samuelson” possa ser muito bom como texto de economia elementar para os estudantes nos E.U.A., não serve para os estudantes brasileiros. O mesmo se dá com a maioria dos textos em muitos outros campos do conhecimento, aplicado a áreas determinadas. A *Análise Matemática para Economistas*, de R.G.D. Alen, pode ser trazida a servir admiravelmente como texto de estudo, mas um livro dos E.U.A. sobre economia agrícola teria um interesse somente secundário.
- b) Quando os latino-americanos estudam no estrangeiro, tendem a evitar as áreas de conhecimento aplicado, relacionadas às instituições, em virtude de sua aparente irrelevância, desfazendo-se de todo o componente institucional do que aprenderam. Quando retornam a seus países, ensinam o que lhes parece relevante ou menos irrelevante: a teoria pura, os modelos, a econometria — deixando de lado a tarefa de relacioná-los ao meio cultural e social, embora aquela teoria só tenha sentido se relacionada com o meio. O resultado é que o ensino de economia tende a tornar-se mais estéril, estreito, e muito menos interessante do que é nos E.U.A. Por outro lado, o tradicional regime de tempo parcial dos professores é, na minha opinião, em grande parte responsável, pois aqueles que voltam do

estrangeiro têm de trabalhar em vários empregos e nunca conseguem uma oportunidade de inicialmente “digerir” aquilo que aprenderam, a fim de que possam, mais tarde, “explorá-lo”.

O diagrama não pretende ser uma representação gráfica de caráter definitivo: algumas pessoas acrescentariam a economia de transportes, a teoria de localização e a economia regional como áreas específicas, enquanto outras talvez argumentassem que a moeda e sistema bancário estão incluídos na teoria dos preços e na macroeconomia. A representação também é dinâmica, pois há algumas décadas atrás a disciplina “ciclos econômicos” era uma importante subdivisão da economia, mas hoje esta subdivisão praticamente desapareceu como consequência da revolução Keynesiana. O desenvolvimento econômico, atualmente muito em voga, não se enquadra absolutamente no diagrama, pois engloba — como a história econômica — toda a economia. O diagrama não pretende retratar a economia com todas as suas fronteiras, limitando exatamente seu campo, mas sim enfatizar a importância das áreas de conhecimento “aplicado” como uma parte integrante da economia e salientar o relacionamento desta disciplina com a “realidade” — seja dos E.U.A., do Brasil, ou de Uganda.

A falta de interesse dos economistas latino-americanos pelos mercados de trabalho de seus próprios países é deprimente. Estes são os mercados mais importantes em qualquer país, tanto em virtude do volume total das vendas como do número de participantes do mercado. Quando alguém pergunta sobre a falta de interesse, há uma variedade de respostas dadas. “A lei é tão importante”. “No final das contas, é tudo política”. “A lei é cumprida muito desigualmente”. “Nós não pagamos salários, pagamos as mais variadas quantias à “Previdência Social”, damos assistência médica gratuita, etc.”. “Os dados disponíveis são muito ruins”. “Muitas pessoas recebem salário em espécie e não em dinheiro”, “A educação e o analfabetismo são muito importantes”. “O que determina o emprego é a posição e prestígio dos parentes”, etc., etc. Isso é bem verdade, mas seu conjunto demonstra exatamente que existem fatores institucionais que são unicamente chilenos, mexicanos ou brasileiros e que devem ser estudados e descritos, caso a afirmativa de que “os salários são iguais ao produto da renda marginal” deva ser mais do que uma expressão estéril.

¹² Lendo a crítica sobre as disciplinas na *Andlise*, p. 111-131, treze vezes aparece a frase “deficiente nos aspectos brasileiros” ou outras de igual sentido.

Resumindo, se a economia deve ser significativa para o Brasil, tem de ter um substancial conteúdo brasileiro — alguma coisa que aparentemente está faltando.¹³

IV

Finalmente, esta parte trata do nível em que a economia será ensinada, ou melhor, do nível de maturidade do futuro estudante.

O Brasil tem bem menos recursos para o ensino de economia do que os E.U.A: professores de tempo integral, livros-texto, bibliotecas e, mesmo, alunos de tempo integral. Ainda assim, as Faculdades de Ciências Econômicas se propuseram a uma tarefa muito mais ambiciosa do que aquela a que aspiramos. Por razões de ordem prática não pensamos que podemos, em quatro anos de universidade, preparar uma pessoa para ser um economista profissional.

O estudante dos E.U.A. que ingressa numa universidade geralmente estudou um total de doze anos no nível primário e secundário.¹⁴ Os cursos de graduação mais tradicionais exigem quatro anos de estudo e os cursos profissionais e de pós-graduação seguem-se a estes quatro anos — direito, medicina, medicina veterinária, odontologia, seminário, etc. Os cursos de graduação além do primeiro diploma universitário e o curso de Doutorado, que exige de 2 a 4 anos adicionais.¹⁵

Os departamentos de Economia não pretendem formar *economistas*¹⁶ ao nível de graduação, embora no ano letivo 1964 — 65 um total de 10.875 pessoas tivessem recebido diploma de graduação nesta disciplina. O diploma de Mestre foi concedido a 1.268 pessoas e 410 obtiveram o doutorado.¹⁷ É mais ou menos verdade que sérias intenções de exercer a profissão exigem um doutorado. Assim, os dados sugerem que menos de 4 por cento das pessoas que receberam diploma de graduação tornaram-se realmente economistas. O número de diplomas de Mestre é alto mas engana como indicador do ingresso na profissão, pois muitos destes diplomas são quase que automaticamente concedidos aos estudantes durante o processo de obtenção do doutorado, enquanto outros são concedidos como uma espécie de “prêmio de consolação” aos que tentaram

¹⁴ Geralmente, isto é dividido em 6-2-4 anos de escola primária, curso secundário e curso colegial, respectivamente. A divisão 6-3-3 também ocorre, embora seja menos freqüente. Portanto, os estudantes do Brasil e dos E.U.A. que ingressam numa universidade tiveram um número de anos de escolaridade formal aproximadamente idêntico.

¹⁵ Tanto esta afirmação como a precedente são muitíssimo simplificadas.

¹⁶ Não fazemos nenhum esforço para “definir” e regulamentar a profissão como se faz no Brasil.

¹⁷ DEPARTMENT OF HEALTH, EDUCATION and WELFARE, *Digest of Educational Statistics*, 1966, Washington: Government Printing Office, p. 81.

mas não conseguiram obter o Doutorado (*i.e.*, lhes foi dito, essencialmente, que *não* deveriam esperar tornaram-se economistas). O diploma de doutorado, até certo ponto, não se constitui num sêlo de aprovação eterna para a pessoa que o obteve (especialmente no mundo universitário), mas êste é um assunto muito extenso e complicado para ser discutido aqui. Esta aproximação levanta pelo menos três questões: 1) Que tipo de preparo damos aos estudantes de economia ao nível de graduação? 2) Por que seguem o curso de economia ao nível de graduação se não pretendem tornar-se economistas? Ou, colocando a questão em outros termos, o que fazem quando se graduam? 3) Por que são aquelas pessoas dêste nível excluídas do papel de economista profissional?

Uma das razões que leva bons e medíocres estudantes a serem atraídos pela economia é que se sabe que êste curso destina-se à concessão de diploma não profissional e que, *portanto*, permite ao estudante uma considerável flexibilidade. Uma vez que não nos sentimos constrangidos a produzir economistas neste nível de estudos, não é necessário tentarmos ensinar ao aluno tudo que é conhecido com relação a técnicas, metodologia ou informações sobre economia. Ele raramente chega a aproximar-se dos limites onde o trabalho nôvo, de criação, está sendo realizado. Não possui o comando do instrumental adequado nem a perspectiva histórica da disciplina para julgar e avaliar êste tipo de trabalho. Embora exista grande variação de uma Universidade para outra, sugere-se abaixo um curso típico:

Percentagem dos
créditos em relação
ao total do *curso*

Matérias Gerais — um ano com ciências naturais, humanidades, inglês, ciências sociais (todos ou quase todos os estudantes cursam estas disciplinas, não importando qual seja o seu principal campo de estudo)	25
Matérias de Economia — exigidas: introdução, teoria intermediária (após a elementar), moeda e sistema bancário, trabalho, organização industrial e mais 1/3 a 1/2 dos créditos de livre escolha	25

Matérias Instrumentais — estatística, matemática, lógica, línguas estrangeiras, concentrando-se em algumas destas matérias ...	15
Ciências Sociais Cognitivas — a serem escolhidas dentre uma grande variedade, como sociologia, ciência política, história, psicologia, planejamento urbano, geografia, antropologia, estudos sobre outros países, etc.	20
Livre escolha com a concordância do aconselhador	15
	<hr/> 100

A principal característica de um curso como este é a sua flexibilidade. Seriam elaborados cursos muito diferentes para o Estudante A, que pretende ingressar na escola de direito, para o estudante B que vai trabalhar na empresa de sua família, para o Estudante C que ainda não sabe qual profissão vai abraçar, e para o Estudante D que planeja ingressar na escola pós-graduada de economia. Embora sob alguns pontos de vista esta flexibilidade seja altamente desejada, não existe sem alguns custos: 1) grande parte do tempo dos professores deve ser dedicada a elaborar um programa que seja ótimo para cada aluno. 2) Com algum esforço podem ser elaboradas diferenças consideráveis quanto à dificuldade e rigor dos programas a serem seguidos pelos alunos. Isto significa que todos os diplomas não representam o mesmo esforço ou o mesmo nível de realizações:

Tal programa de estudos não prepara o aluno para uma carreira *específica*. A maioria dos estudantes com diplomas de graduação se dirige para carreiras das empresas. A maioria estudou um pouco de contabilidade e cursou algumas disciplinas relativas à administração de empresas. Esperamos que eles tenham um amplo conhecimento do mundo econômico, social e político em que vão trabalhar. Presumivelmente desenvolveram métodos analíticos de abordagem para os problemas que enfrentarão e aprenderam sobre o raciocínio e pensamento lógico. Não é um “background” de todo ruim para um novato no mundo dos negócios.¹⁸ Alguns

¹⁸ Particularmente antes do “novo ensino de administração de empresas” (ver p. anterior), muitos homens de empresa preferiam graduados que tivessem amplos conhecimentos gerais, insistindo que assim poderiam melhor ensinar os métodos utilizados nos negócios de suas firmas.

poucos realizarão estudos pós-graduados em economia. Um número considerável fará estudos de pós-graduação em outras áreas: direito, administração de empresas e outras ciências sociais. Poucos torna-se-ão professores de ciências sociais em cursos colegiais.

Os principais empregadores *organizados* de economistas nos E.U.A. são os órgãos governamentais e as universidades.¹⁹ Nos últimos anos, as universidades tornaram-se cada vez mais inflexíveis quanto à necessidade de possuir um Doutorado (Ph.D. — nosso título máximo) antes de dar um emprego normal (o oposto de “temporário”) a um professor. Os governos federais e estaduais também impõem mais ou menos as mesmas exigências para contratar *economistas*, embora existam muitos outros cargos para os quais o diploma de graduação em economia é uma qualificação valiosa, mesmo que o cargo não seja o de economista. Ele pode desenvolver suas capacidades e conhecimentos e tornar-se um economista pelo que faz e escreve, mas isto é mais uma exceção do que a regra.

A experiência dos E.U.A. no campo da preparação de economistas profissionais pode ter considerável importância. Sendo ou não relevante, deve-se notar que os atuais objetivos parecem ser muito mais ambiciosos no Brasil do que nos E.U.A. — e com recursos consideravelmente menores.

Tendo discutido uma série de assunto correlatos, e já tendo revelado meus preconceitos, volto a enunciar, com outras palavras, as duas conclusões principais que decorrem de três premissas:

Premissa 1. A administração de empresas²⁰ não é o mesmo que economia, e ambas são importantes para o Brasil.

Premissa 2. A formação de um economista profissional é mais uma tarefa longa e árdua que, quase certamente, exigirá mais do que os quatro anos que atualmente lhe são dedicados.

¹⁹ O leitor deve lembrar-se que sob o sistema *departamental*, as responsabilidades de ensino de um departamento podem transcender o ensino a seus próprios estudantes. O Departamento de Economia é essencialmente um departamento para “servir”, ensinando economia a muitos estudantes de outros departamentos. Segundo minhas estimativas, no departamento em que sou professor o número de estudantes matriculados, que *não* estão se especializando em economia, é cerca de sete vezes maior do que aqueles que *estão*.

²⁰ Amplamente definida, incluindo tôdas as especialidades relativas à administração de empresas, exceto a maioria das engenharias industriais.

Premissa 3. A formação do estudante em administração de empresas e em economia é, pelo menos inicialmente, uma indústria de “custos médios e crescentes”.

Conclusão I. Devem ser reconhecidas as diferenças entre a economia e as carreiras relacionadas à administração de empresas e deve ser logo iniciada uma separação entre ambas.²¹ A tentativa de combinar os estudos de ambas as carreiras numa única matriz é um desperdício de tempo dos alunos e de recursos do sistema educacional.

Conclusão II. Em virtude do fato de que um número elevado e cada vez maior de alunos quer estudar as especialidades relativas à administração de empresas, a maioria das instituições deve concentrar-se nesta tarefa simplesmente porque trará como resultado as vantagens das economias de escala. Poucas pessoas desejarão tornar-se economistas e o mercado absorverá menos ainda. Isto sugere que, tanto do ponto de vista da qualidade da educação como do ponto de vista das economias de escala, somente um pequeno número de instituições deve dedicar seus recursos à formação de economistas.²²

²¹ Tenho ciência de que já está se realizando algum movimento nesta direção.

²² Existem muitas perguntas que foram propositadamente deixadas sem resposta: as poupanças decorrentes da especialização poderiam ser utilizadas para manter os estudantes nos poucos centros de ensino de economia? Qual seria o programa ótimo — dois anos juntamente com os estudantes de administração, mais dois de especialização com um diploma semi-final, seguindo-se então, dois anos de intensiva profissionalização? Seria possível a concessão de diplomas conjuntos, a fim de permitir que o aluno iniciasse seus estudos numa instituição (digamos dois anos de matérias de caráter geral) e terminasse (especialização em economia) noutra?